

**Glauber Gomes**<sup>1</sup>  0000-0002-1583-9760

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil

**Francisco Gomes**<sup>2</sup>  0009-0008-9764-6890

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, Brasil

## Limitações dos Agregados Macroeconômicos: Uma Crítica Austríaca e Abordagens Alternativas

**Resumo:** Este artigo analisa criticamente a dependência de agregados macroeconômicos, como o PIB e a taxa de desemprego, na análise econômica e na formulação de políticas, sob a perspectiva da Escola Austríaca. Esses indicadores simplificam fenômenos econômicos complexos, obscurecendo distorções setoriais e temporais que levam a intervenções inadequadas. Utilizando conceitos austríacos, como o triângulo hayekiano e a má alocação intertemporal, o estudo examina casos históricos, incluindo a Grande Depressão (1929–1933), a bolha imobiliária espanhola (2000–2008) e as crises econômicas brasileiras (1980–1990, 2008–2009). Propõe indicadores alternativos, como preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, para captar melhor as dinâmicas econômicas. A metodologia combina fundamentos teóricos de Mises, Hayek e Huerta de Soto com análises empíricas de dados setoriais e regionais. Os resultados mostram que os agregados não refletem a coordenação econômica real, sugerindo a adoção de sinais de mercado para orientar decisões. O artigo conclui com implicações para políticas, defendendo a liberalização e a coordenação descentralizada.

**Palavras-chave:** Escola Austríaca, agregados macroeconômicos, PIB, taxa de desemprego, preços relativos, ciclos econômicos.

<sup>1</sup>Economista e gestor financeiro com especializações em Business Intelligence, Big Data Analytics e Direito Tributário. Mestrando no Programa Profissional em Economia da UFS, atua como auditor e planejador empresarial na GC Consultoria, focando em auditoria empresarial e tributária. Email: [gc.consultoria.emp@gmail.com](mailto:gc.consultoria.emp@gmail.com)

<sup>2</sup>Tecnólogo em informação com especialização em Educação Profissional. Instrutor de tecnologia no SENAC, é mestrando no Programa de Ciência da Computação/UFS. Com expertise em ensino técnico. Email: [franciscofg.ufs@gmail.com](mailto:franciscofg.ufs@gmail.com)

# Limitations of Macroeconomic Aggregates: An Austrian Criticism and Alternative Approaches

**Abstract:** This article critically examines the reliance on macroeconomic aggregates, such as GDP and the unemployment rate, in economic analysis and policy-making, from the Austrian School perspective. These aggregates oversimplify complex economic phenomena, concealing sectoral and temporal distortions that lead to misguided interventions. Drawing on Austrian concepts like the Hayekian triangle and intertemporal misallocation, the study analyzes historical cases, including the Great Depression (1929–1933), the Spanish real estate bubble (2000–2008), and Brazil's economic crises (1980–1990, 2008–2009). It proposes alternative indicators, such as relative prices, sectoral bankruptcy rates, and price dispersion, to better capture economic dynamics. The methodology integrates theoretical insights from Mises, Hayek, and Huerta de Soto with empirical analyses of sectoral and regional data. The findings highlight the failure of aggregates to reflect real economic coordination, advocating market-based signals for decision-making. The article concludes with policy implications, emphasizing liberalization and decentralized coordination.

**Keywords:** Austrian School, macroeconomic aggregates, GDP, unemployment rate, relative prices, economic cycles.

---

# Limitaciones de los Agregados Macroeconómicos: Una Crítica Austríaca y Enfoques Alternativos

**Resumen:** Este artículo analiza críticamente la dependencia de los agregados macroeconómicos, como el PIB y la tasa de desempleo, en el análisis económico y en la formulación de políticas, desde la perspectiva de la Escuela Austríaca. Estos indicadores simplifican fenómenos económicos complejos, ocultando distorsiones sectoriales y temporales que conducen a intervenciones inadecuadas. Utilizando conceptos austriacos, como el triángulo hayekiano y la mala asignación intertemporal de recursos, el estudio examina casos históricos, incluyendo la Gran Depresión (1929–1933), la burbuja inmobiliaria española (2000–2008) y las crisis económicas brasileñas (1980–1990, 2008–2009). Propone indicadores alternativos, como los precios relativos, las tasas de quiebra sectoriales y la dispersión de precios, para captar mejor las dinámicas económicas. La metodología combina fundamentos teóricos de Mises, Hayek y Huerta de Soto con análisis empíricos de datos sectoriales y regionales. Los resultados muestran que los agregados no reflejan la coordinación económica real, sugiriendo la adopción de señales de mercado para orientar decisiones. El artículo concluye con implicaciones para políticas, defendiendo la liberalización y la coordinación descentralizada.

**Palabras clave:** Escuela Austríaca, agregados macroeconómicos, PIB, tasa de desempleo, precios relativos, ciclos económicos.

---

## INTRODUÇÃO

A análise econômica contemporânea frequentemente utiliza agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, para avaliar o desempenho econômico e orientar políticas públicas. Esses indicadores, embora amplamente aceitos, simplificam fenômenos econômicos complexos, homogeneizando processos heterogêneos e obscurecendo distorções setoriais e temporais, conforme criticado pela Escola Austríaca

(Mises, 1949; Hayek, 1931). Esta perspectiva enfatiza o subjetivismo, a ação humana e a coordenação espontânea via preços relativos e taxas de juros naturais, argumentando que intervenções baseadas em agregados, como expansões monetárias, podem gerar ciclos econômicos insustentáveis (Rothbard, 1963). Este artigo analisa as limitações desses agregados, propondo indicadores alternativos, como preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, que refletem melhor a complexidade econômica.

Por exemplo, o PIB agrega o valor adicionado de todos os setores, ignorando a estrutura temporal da produção, que inclui estágios como extração, manufatura e distribuição (Hayek, 1931). Já a taxa de desemprego nacional mascara disparidades regionais, como as observadas no Brasil em 2008–2009, quando o Nordeste enfrentou taxas de até 12%, enquanto o Centro-Oeste registrou cerca de 5% (IBGE, 2009). A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), desenvolvida por Mises (1912) e Hayek (1931), ilustra como intervenções monetárias distorcem sinais de mercado, levando a má alocação de recursos, como na bolha imobiliária espanhola (2000–2008) (Huerta de Soto, 2006). Esses exemplos históricos destacam a necessidade de questionar a confiança em agregados, que frequentemente amplificam desequilíbrios econômicos.

O objetivo geral deste estudo é avaliar as limitações dos agregados macroeconômicos sob a perspectiva austríaca, propondo abordagens baseadas em microfundamentações e sinais de mercado. Os objetivos específicos incluem: **(1)** identificar como os agregados obscurecem a estrutura temporal e desequilíbrios setoriais, utilizando o triângulo hayekiano; **(2)** analisar a confusão entre dispêndio e demanda agregada na formulação de políticas; **(3)** propor indicadores alternativos, como preços relativos e taxas de falências; **(4)** demonstrar, por meio de casos históricos, as falhas dos agregados; e **(5)** avaliar a capacidade preditiva de indicadores austríacos. O estudo foca em análises históricas, examinando a Grande Depressão (1929–1933), a crise espanhola (2000–2008) e as crises brasileiras (1980–1990, 2008–2009), utilizando uma abordagem qualitativa fundamentada em Mises (1949), Hayek (1931) e dados empíricos de fontes como IBGE e Banco de España.

## 2. Referencial Teórico: A Perspectiva Austríaca

A Escola Austríaca de Economia oferece uma lente alternativa para a análise econômica, desafiando a abordagem convencional baseada em agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego. Fundamentada no subjetivismo, na ação humana e na coordenação espontânea via preços relativos e taxas de juros, a perspectiva austríaca, desenvolvida por autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Murray Rothbard, enfatiza a complexidade das interações individuais e a estrutura temporal da produção. Este referencial teórico explora os princípios centrais dessa escola, a crítica aos agregados macroeconômicos por meio da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) e do triângulo hayekiano, e as implicações da confusão entre dispêndio agregado e demanda agregada. Ao priorizar microfundamentações e sinais de mercado, a Escola Austríaca fornece

uma base robusta para questionar a eficácia dos indicadores agregados e propor alternativas mais precisas para a análise econômica e a formulação de políticas públicas.

## 2.1. Princípios Fundamentais da Escola Austríaca

A Escola Austríaca de Economia, iniciada por Carl Menger no final do século XIX e desenvolvida por Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Murray Rothbard e outros, oferece uma perspectiva distinta que rejeita a homogeneização da atividade econômica em agregados macroeconômicos, como o PIB e a taxa de desemprego. Em vez disso, ela se fundamenta em três princípios centrais: o subjetivismo, a ação humana e a coordenação espontânea por meio de preços relativos e taxas de juros naturais. Esses conceitos, que contrastam com a abordagem agregada da macroeconomia tradicional, são cruciais para compreender as limitações dos indicadores convencionais e propor uma análise econômica mais fiel à realidade dos processos de mercado.

O subjetivismo, pilar fundador da Escola Austríaca, postula que o valor econômico é determinado pelas avaliações subjetivas dos indivíduos, e não por medidas objetivas ou agregadas. Ludwig von Mises, em *Human Action* (1949), define a economia como o estudo da ação humana, entendida como o comportamento intencional de indivíduos que buscam alcançar seus objetivos sob condições de escassez. Para Mises, as preferências subjetivas, expressas por meio de escolhas no mercado, são a base de toda atividade econômica. Essa visão rejeita a ideia de que indicadores agregados, como o PIB, possam captar a diversidade de planos individuais ou as decisões de alocação de recursos em diferentes setores e estágios produtivos. O PIB, por exemplo, consolida o valor adicionado de bens de consumo e bens de capital em um único número, ignorando as preferências intertemporais que moldam a estrutura da produção. Mises argumenta que os preços relativos, formados pela interação de oferta e demanda em mercados específicos, são os verdadeiros mecanismos de coordenação econômica, pois refletem informações dispersas sobre escassez, preferências e custos que os agregados macroeconômicos não conseguem incorporar (Mises, 1949). Essa ênfase no subjetivismo destaca a inadequação de totais agregados para representar a complexidade das decisões individuais.

Friedrich Hayek, em *Prices and Production* (1931), aprofunda essa análise ao introduzir o conceito da estrutura temporal da produção, que descreve a economia como um sistema complexo de cadeias produtivas interdependentes, divididas em estágios como extração de recursos, manufatura e distribuição. Para Hayek, a economia não é uma massa homogênea que pode ser resumida em indicadores agregados, mas um processo dinâmico coordenado por sinais de mercado, como preços relativos e taxas de juros naturais. As taxas de juros, determinadas pela oferta e demanda por poupança, desempenham um papel crucial ao orientar a alocação de recursos entre bens de consumo (próximos ao consumo final) e bens de capital (usados em estágios iniciais da produção). Essa coordenação intertemporal é essencial para a sustentabilidade econômica, pois garante que os investimentos estejam alinhados com as preferências dos agentes por consumo presente versus futuro. No entanto, intervenções

monetárias, como a expansão artificial do crédito, distorcem esses sinais, levando a investimentos insustentáveis que os agregados macroeconômicos, como o PIB, não conseguem detectar (Hayek, 1931). A visão de Hayek sublinha a limitação do PIB, que agrega atividades econômicas sem considerar a heterogeneidade dos estágios produtivos ou os desequilíbrios causados por políticas intervencionistas, como expansões monetárias que inflacionam setores específicos, como a construção civil.

Murray Rothbard, em *Man, Economy, and State* (1962), amplia a crítica austríaca ao argumentar que os agregados macroeconômicos homogeneizam fenômenos econômicos heterogêneos, obscurecendo a diversidade de planos individuais e as dinâmicas setoriais. Rothbard destaca que o PIB, ao consolidar o valor de bens e serviços em um único indicador, mascara distorções como a má alocação de capital durante booms artificiais, que só se tornam evidentes em recessões. Por exemplo, um aumento no PIB impulsionado por crédito fácil pode refletir gastos insustentáveis em setores como construção ou manufatura de bens duráveis, sem indicar a saúde real da economia (Rothbard, 1962). Essa crítica é reforçada por Ubiratan Jorge Iorio, em *Ação, Tempo e Conhecimento* (2011), que enfatiza a economia como um processo dinâmico sob incerteza genuína, no qual a coordenação espontânea via preços relativos é mais eficaz do que análises baseadas em totais agregados. Iorio argumenta que os preços de mercado, ao refletirem as condições específicas de oferta e demanda em setores como agricultura ou indústria, oferecem uma visão mais granular das dinâmicas econômicas, permitindo ajustes mais precisos do que os proporcionados por indicadores agregados (Iorio, 2011).

Além disso, a Escola Austríaca destaca a importância da incerteza e do conhecimento disperso na economia, conceitos explorados por Hayek em outros trabalhos, como *The Use of Knowledge in Society* (1945, citado em Horwitz, 2000). Os preços relativos funcionam como um mecanismo de transmissão de informações dispersas, permitindo que os agentes econômicos coordenem suas ações sem a necessidade de uma autoridade centralizada. Essa visão contrasta com a macroeconomia tradicional, que utiliza agregados para planejar intervenções, frequentemente ignorando a complexidade das interações de mercado. Steven Horwitz, em *Microfoundations and Macroeconomics* (2000), reforça que a análise econômica deve partir das microfundamentações das ações individuais, utilizando indicadores como preços relativos e taxas de falências setoriais para captar desequilíbrios que os agregados não revelam. Esses princípios austríacos, centrados no subjetivismo, na ação humana e na coordenação espontânea, formam a base teórica para a crítica aos agregados macroeconômicos, que será aprofundada nas seções seguintes ao examinar as limitações específicas do PIB e da taxa de desemprego, bem como as implicações de políticas baseadas em indicadores agregados.

## **2.2. Crítica aos Agregados Macroeconômicos: O Triângulo Hayekiano e a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE)**

A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), desenvolvida por Ludwig von Mises (1912) e Friedrich Hayek (1931), oferece uma crítica robusta aos agregados macroeconômicos,

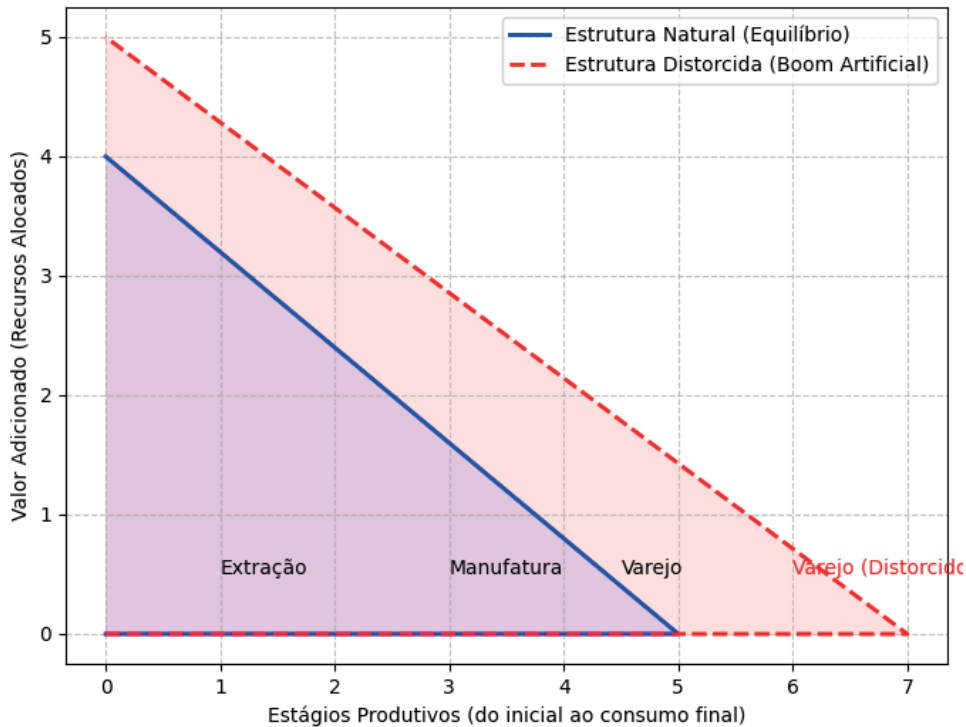
como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, ao demonstrar sua incapacidade de captar distorções estruturais na economia. A TACE argumenta que intervenções monetárias, como a expansão artificial do crédito por bancos centrais, distorcem os sinais de preços e taxas de juros, gerando má alocação intertemporal de recursos que os agregados não detectam. O triângulo hayekiano, introduzido por Hayek (1931) e refinado por Roger Garrison (2001), é uma ferramenta analítica que ilustra a estrutura temporal da produção, destacando como as distorções monetárias afetam a alocação de recursos entre estágios produtivos. Esta subseção analisa a TACE e o triângulo hayekiano, utilizando exemplos históricos para evidenciar as limitações dos agregados macroeconômicos e a superioridade de indicadores baseados em microfundamentações.

Ludwig von Mises, em *The Theory of Money and Credit* (1912), argumenta que a expansão monetária, ao reduzir artificialmente as taxas de juros abaixo de seu nível natural (determinado pela preferência temporal entre consumo presente e futuro), incentiva investimentos em projetos de longo prazo, como infraestrutura ou manufatura de bens duráveis, que não são sustentados pela poupança real. Esse processo cria booms artificiais, registrados pelo PIB como crescimento econômico, mas que levam a recessões quando os investimentos insustentáveis colapsam. O PIB, ao consolidar o valor adicionado de todos os setores sem distinguir entre estágios produtivos, mascara essas distorções, oferecendo uma visão enganosa da saúde econômica (Mises, 1912). Por exemplo, na Grande Depressão (1929-1933), o crescimento do PIB nos anos 1920, impulsionado por políticas monetárias expansionistas, não sinalizou os desequilíbrios estruturais que culminaram na crise, conforme analisado por Murray Rothbard (1963).

Friedrich Hayek, em *Prices and Production* (1931), desenvolve o triângulo hayekiano para representar a estrutura temporal da produção, composta por estágios que vão desde a extração de recursos até a produção de bens de consumo. O triângulo ilustra a alocação de recursos entre bens de capital (estágios iniciais, como mineração) e bens de consumo (estágios finais, como varejo), com as taxas de juros naturais coordenando essa distribuição. Quando políticas monetárias expansionistas reduzem as taxas de juros, o triângulo é artificialmente alongado, com excesso de investimentos em estágios iniciais, como o setor de construção, em detrimento dos estágios finais. Essa distorção não é captada pelo PIB, que agrega todas as atividades econômicas em um único indicador, ocultando desequilíbrios setoriais (Hayek, 1931).

Figura 1

Triângulo Hayekiano – Estrutura Temporal da Produção e Distorção Monetária



Desenvolvido pelo autor. Fonte: Hayek (1931) e Garrison (2001).

Roger Garrison, em *Time and Money* (2001), refina o triângulo hayekiano, demonstrando como ele revela bolhas setoriais, como a observada na crise imobiliária espanhola (2000-2008). Nessa crise, o setor de construção cresceu a 7% ao ano, enquanto o PIB nacional indicava estabilidade com crescimento médio de 3,5%, mascarando a formação de uma bolha imobiliária (Huerta de Soto, 2006). A incapacidade do PIB de refletir essas disparidades setoriais reforça a crítica austríaca à sua utilidade como indicador econômico.

A taxa de desemprego, outro agregado macroeconômico, também é criticada por homogeneizar as condições do mercado de trabalho, ignorando variações regionais e setoriais. Steven Horwitz, em *Microfoundations and Macroeconomics* (2000), destaca que a taxa de desemprego nacional falha em captar desequilíbrios específicos, como os observados no Brasil durante a crise financeira global de 2008-2009. Enquanto a taxa nacional permaneceu em cerca de 7%, o Nordeste enfrentou taxas de até 12% no setor industrial, contrastando com taxas inferiores a 5% no Centro-Oeste, dominado pela agricultura (IBGE, 2009). Horwitz sugere que indicadores alternativos, como taxas de falências setoriais ou dispersão de salários, oferecem uma visão mais precisa dos desequilíbrios econômicos (Horwitz, 2000).

Murray Rothbard, em *America's Great Depression* (1963), aplica a TACE à Grande Depressão, mostrando como políticas monetárias expansionistas inflaram o PIB, mascarando a superprodução em setores como manufatura e construção. Quando a bolha estourou,

a recessão revelou a insustentabilidade desses investimentos, um fenômeno que o PIB não previu (Rothbard, 1963). Da mesma forma, Jesús Huerta de Soto, em *Money, Bank Credit, and Economic Cycles* (2006), analisa a crise espanhola de 2008, destacando como o crescimento do PIB não captou a bolha imobiliária impulsionada por crédito fácil. Esses exemplos históricos reforçam a crítica austríaca de que os agregados macroeconômicos simplificam a complexidade econômica, justificando a necessidade de indicadores baseados em microfundamentações, como preços relativos e taxas de falências setoriais, que serão explorados nas seções seguintes.

### 2.3. Dispêndio Agregado versus Demanda Agregada: Implicações para Políticas Econômicas

A confusão entre dispêndio agregado e demanda agregada, frequentemente perpetuada pela macroeconomia tradicional, é uma das principais críticas da Escola Austríaca aos agregados macroeconômicos. Enquanto o dispêndio agregado representa uma medida contábil, como a soma de consumo, investimento, gastos governamentais e exportações líquidas ( $C+I+G+X-M$ ), a demanda agregada reflete as preferências econômicas reais dos agentes, expressas por meio de escolhas no mercado. Essa distinção, enfatizada por Ludwig von Mises (1912) e Friedrich Hayek (1933), revela como políticas baseadas em agregados, como estímulos fiscais e monetários, podem distorcer a coordenação econômica, prolongando desequilíbrios que os indicadores agregados, como o PIB, não conseguem captar. Esta subseção explora as implicações dessa confusão para a formulação de políticas públicas, destacando a superioridade dos indicadores austríacos, como preços relativos, na orientação de decisões econômicas.

Ludwig von Mises, em *The Theory of Money and Credit* (1912), argumenta que o dispêndio agregado, ao focar em totais contábeis, ignora a estrutura subjacente das preferências individuais e a alocação de recursos entre setores e estágios produtivos. Políticas keynesianas, que buscam aumentar o dispêndio agregado por meio de gastos governamentais ou expansão monetária, frequentemente inflacionam o PIB sem resolver desequilíbrios estruturais, como a má alocação de capital observada na Grande Depressão (Mises, 1912; Rothbard, 1963). Por exemplo, estímulos fiscais nos anos 1920 nos Estados Unidos elevaram o dispêndio agregado, mas não a demanda real por bens de capital, resultando em uma bolha que colapsou em 1929. Mises defende que a análise econômica deve se basear em preços relativos, que refletem as condições de oferta e demanda específicas, permitindo uma coordenação mais eficiente do que intervenções baseadas em agregados.

Friedrich Hayek, em *Monetary Theory and the Trade Cycle* (1933), reforça essa crítica ao destacar que a demanda agregada, ao contrário do dispêndio, é um conceito econômico que depende das preferências intertemporais dos agentes. Políticas que aumentam o dispêndio agregado, como injeções de crédito, distorcem os preços relativos, incentivando investimentos insustentáveis em setores como construção, como ocorreu na crise espanhola de 2000-2008 (Huerta de Soto, 2006). O PIB, ao registrar o aumento do dispêndio como crescimento econômico, mascara essas distorções, levando a políticas que prolongam os desequilíbrios. Hayek sugere que as taxas de juros naturais, determinadas pelo mercado, são um indicador mais

confiável da demanda real, pois coordenam a alocação de recursos entre consumo presente e investimento futuro (Hayek, 1933).

Jesús Huerta de Soto (2006) e Ubiratan Jorge Iorio (2011) complementam essa análise ao criticar a aplicação de políticas baseadas em dispêndio agregado em contextos históricos específicos. Na crise espanhola, estímulos monetários inflaram o dispêndio no setor imobiliário, mas a demanda real por habitação não acompanhou, resultando em uma bolha que o PIB não previu (Huerta de Soto, 2006). No Brasil, os controles de preços nos anos 1980, destinados a sustentar o dispêndio agregado, distorceram os preços relativos no setor agrícola, gerando escassez e inflação, problemas não refletidos nos agregados da época (Iorio, 1997). Iorio (2011) defende que indicadores como preços relativos e taxas de falências setoriais, que captam as dinâmicas específicas de cada setor, são mais eficazes para orientar políticas públicas, promovendo a liberalização de mercado e a coordenação descentralizada.

Essa distinção entre dispêndio e demanda agregada sublinha as limitações das políticas baseadas em agregados macroeconômicos, que frequentemente amplificam desequilíbrios econômicos. A perspectiva austríaca, ao priorizar microfundamentações e sinais de mercado, oferece uma abordagem alternativa que será explorada nas seções seguintes, com propostas de indicadores mais precisos, como preços relativos e dispersão de preços, para substituir os agregados tradicionais.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo combina uma abordagem qualitativa, fundamentada nos princípios teóricos da Escola Austríaca de Economia, com a análise empírica de estudos de caso históricos, com o objetivo de avaliar criticamente as limitações dos agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, e propor indicadores alternativos, incluindo preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços. A pesquisa adota uma perspectiva subjetivista, centrada na ação humana e na coordenação espontânea por meio de sinais de mercado, conforme defendido por Ludwig von Mises (1949) e Friedrich Hayek (1931). A metodologia está estruturada em quatro componentes principais: (1) a abordagem teórica, que utiliza os conceitos da Escola Austríaca para orientar a análise; (2) a seleção e o exame de estudos de caso históricos, que ilustram as falhas dos agregados; (3) a definição de indicadores alternativos, com base em dados setoriais e regionais; e (4) a justificativa das escolhas metodológicas. Esta seção detalha cada componente, explicando os procedimentos, as fontes de dados e a racionalidade das decisões metodológicas.

#### 3.1. Abordagem Teórica: Fundamentação na Escola Austríaca

A abordagem teórica é qualitativa, ancorada nos princípios da Escola Austríaca, que rejeita a dependência de modelos agregados macroeconômicos em favor de uma análise baseada em microfundamentações e processos dinâmicos. Ludwig von Mises, em *Human Action* (1949), define a economia como o estudo da ação humana, guiada por preferências

subjetivas e coordenada por preços relativos, uma visão que orienta a crítica aos agregados macroeconômicos, como o PIB, por homogeneizarem fenômenos econômicos heterogêneos. A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), desenvolvida por Mises (1912) e Hayek (1931), serve como ferramenta analítica central para examinar como intervenções monetárias, como a expansão de crédito, geram distorções que os agregados não captam. O triângulo hayekiano, formalizado por Hayek (1931) e refinado por Roger Garrison (2001), é utilizado para analisar a estrutura temporal da produção e os desequilíbrios setoriais, fornecendo uma base teórica para comparar indicadores agregados com alternativas austríacas, como preços relativos e taxas de falências.

A abordagem qualitativa prioriza a lógica dedutiva e a análise praxeológica, conforme sugerido por Mises (1974), em vez de métodos econométricos que dependem de suposições simplificadoras e dados agregados. Essa escolha é justificada pela necessidade de compreender as dinâmicas econômicas que os agregados obscurecem, como distorções setoriais durante crises. A fundamentação teórica é enriquecida por insights de Steven Horwitz (2000), que defende a análise microfundamentada, e Ubiratan Jorge Iorio (2011), que enfatiza a importância do tempo e da incerteza na coordenação econômica. A abordagem teórica orienta a seleção dos estudos de caso e a proposição de indicadores alternativos, garantindo coerência com a perspectiva austríaca.

### 3.2. Estudos de Caso Históricos

A pesquisa analisa três estudos de caso históricos para ilustrar as limitações dos agregados macroeconômicos e a superioridade dos indicadores austríacos: a Grande Depressão (1929–1933), a crise imobiliária espanhola (2000–2008), e as crises econômicas brasileiras (1980–1990 e 2008–2009). Esses casos foram selecionados por sua relevância histórica, pela disponibilidade de dados setoriais e regionais, e pela presença de intervenções monetárias ou fiscais que distorceram os sinais de mercado, alinhando-se à TACE.

1. **Grande Depressão (1929–1933):** Com base em Murray Rothbard (*America's Great Depression*, 1963), este caso examina como a expansão monetária nos anos 1920 inflou o PIB, mascarando a má alocação de recursos em setores como manufatura e construção. A análise utiliza dados históricos de preços relativos, taxas de falências e crescimento setorial, comparando-os com o PIB para demonstrar a incapacidade do agregado em prever a recessão.
2. **Crise Imobiliária Espanhola (2000–2008):** Fundamentada em Jesús Huerta de Soto (*Money, Bank Credit, and Economic Cycles*, 2006), a análise explora como a expansão de crédito distorceu os preços relativos no setor imobiliário, criando uma bolha que o PIB, com crescimento médio de 3,5% ao ano, não detectou. Dados do Banco de España (2008) sobre crescimento setorial (construção: 7%; agricultura: 1,5%) e preços imobiliários (aumento de 200%) são usados para contrastar indicadores agregados com preços relativos e dispersão de preços.
3. **Crises Brasileiras (1980–1990 e 2008–2009):** Baseada em Ubiratan Jorge Iorio (1997), a análise examina como políticas intervencionistas, incluindo controles de preços nos anos 1980 e estímulos fiscais em 2008–2009, geraram disparidades regionais e setoriais. Dados do IBGE (2009) sobre taxas de desemprego (nacional: 7%; Nordeste: 12%; Centro-Oeste: 5%)

e falências setoriais (têxtil: aumento de 20%; agricultura: crescimento de 5%) são utilizados para comparar indicadores agregados com alternativas austríacas.

A análise dos estudos de caso é conduzida por meio de uma abordagem comparativa, confrontando indicadores agregados (PIB, taxa de desemprego) com indicadores austríacos (preços relativos, taxas de falências, dispersão de preços). Essa comparação avalia a capacidade preditiva dos indicadores alternativos e sua relevância para políticas públicas, enfatizando a coordenação descentralizada defendida pela Escola Austríaca.

### 3.3. Indicadores Alternativos e Fontes de Dados

A pesquisa propõe três indicadores alternativos aos agregados macroeconômicos, alinhados à perspectiva austríaca: preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços. Esses indicadores foram selecionados por sua capacidade de captar dinâmicas setoriais e temporais que os agregados obscurecem, conforme defendido por Horwitz (2000) e Iorio (2011).

- **Preços Relativos:** Refletem as condições específicas de oferta e demanda em setores como o imobiliário na Espanha (Huerta de Soto, 2006) ou a agricultura no Brasil (Iorio, 1997). Dados de preços relativos são obtidos de fontes primárias, como o Banco de España (2008) e o IBGE (2009), permitindo a identificação de distorções causadas por intervenções.
- **Taxas de Falências Setoriais:** Sinalizam desequilíbrios em setores específicos, como a indústria têxtil no Brasil em 2008–2009 (IBGE, 2009). Essas taxas são comparadas com o PIB para destacar sua maior sensibilidade a crises.
- **Dispersão de Preços:** Mede a variabilidade dos preços entre setores, indicando desequilíbrios estruturais, como na crise espanhola (Huerta de Soto, 2006). Dados de dispersão são derivados de índices de preços setoriais disponíveis em fontes oficiais.

As fontes de dados incluem relatórios do Banco de España (2008) para a crise espanhola, do IBGE (2009) para as crises brasileiras, e análises históricas de Rothbard (1963) para a Grande Depressão. Os dados são analisados qualitativamente, com ênfase na interpretação contextual, alinhada à metodologia austríaca. A utilização de fontes primárias e secundárias garante a confiabilidade dos dados, enquanto a abordagem qualitativa permite uma análise detalhada das dinâmicas econômicas.

### 3.4. Justificativa Metodológica

A escolha de uma abordagem qualitativa fundamentada na Escola Austríaca é justificada pela necessidade de captar a complexidade das interações econômicas, que os modelos quantitativos agregados frequentemente simplificam. A análise de estudos de caso históricos contextualiza as limitações dos agregados macroeconômicos, enquanto a proposição de indicadores alternativos reflete a ênfase austríaca em microfundamentações. A combinação

de teoria e empiria, conforme sugerido por Garrison (2001), fortalece a robustez da pesquisa, oferecendo insights relevantes para a análise econômica e a formulação de políticas públicas baseadas em liberdade de mercado e coordenação descentralizada. Essa metodologia permite uma crítica fundamentada aos agregados e a proposição de alternativas viáveis, alinhadas aos objetivos do estudo.

## 4. ANÁLISE EMPÍRICA: ESTUDOS DE CASO HISTÓRICOS

Esta seção apresenta a análise empírica de três estudos de caso históricos, selecionados para ilustrar as limitações dos agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, em captar distorções setoriais e temporais, conforme a perspectiva da Escola Austríaca. Os casos examinados são a Grande Depressão (1929–1933), a crise imobiliária espanhola (2000–2008) e as crises econômicas brasileiras (1980–1990 e 2008–2009). Cada caso é analisado com base na Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), que destaca como intervenções monetárias e fiscais geram má alocação de recursos, não detectada por indicadores agregados. A análise compara o desempenho desses indicadores com alternativas austríacas, como preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, utilizando dados históricos e fontes primárias, conforme descrito na metodologia (seção 3). A abordagem combina interpretação qualitativa com evidências empíricas, enfatizando a superioridade dos indicadores austríacos em prever desequilíbrios econômicos. Esta análise reforça a crítica aos agregados macroeconômicos e sustenta a proposição de abordagens baseadas em microfundamentações para a formulação de políticas públicas.

### 4.1. Grande Depressão (1929–1933)

A Grande Depressão, de 1929 a 1933, é um exemplo clássico das limitações dos agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto, em identificar desequilíbrios econômicos, conforme defendido pela Escola Austríaca. Durante os anos 1920, o Federal Reserve implementou políticas monetárias expansionistas, reduzindo as taxas de juros para estimular investimentos em setores intensivos em capital, como manufatura, construção e infraestrutura. Esse período, conhecido como os “anos dourados”, foi marcado por um crescimento econômico aparente, mas ocultou distorções estruturais que levaram a uma crise severa (Rothbard, 1963). A análise aplica a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) para examinar como o crédito fácil gerou má alocação de recursos, não detectada por indicadores agregados. Esta subseção utiliza dados históricos e indicadores alternativos, como preços relativos e taxas de falências setoriais, para destacar a inadequação do PIB e propor métricas mais precisas baseadas em fundamentos austríacos.

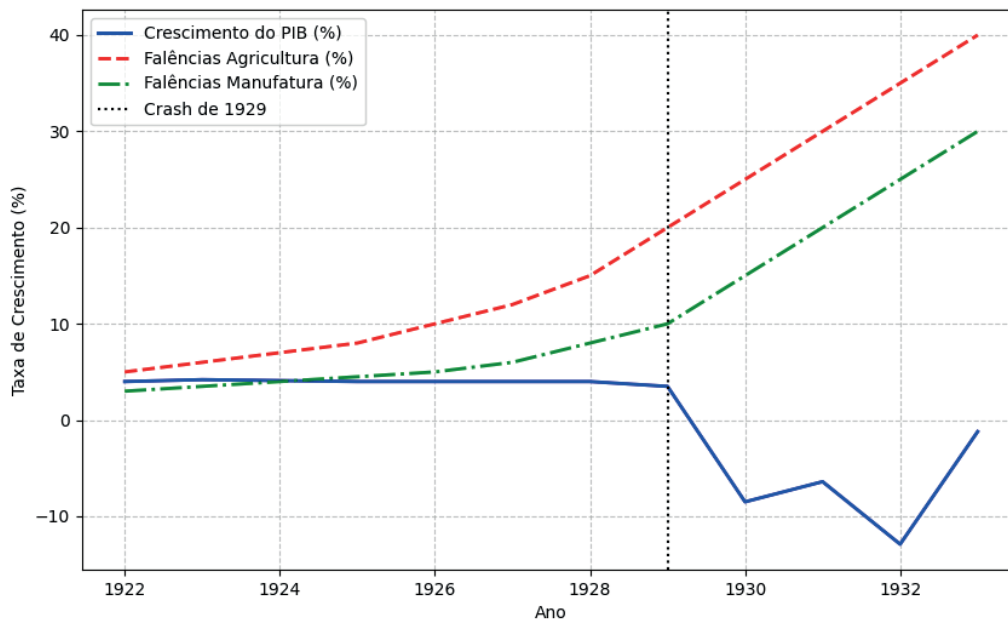
Entre 1922 e 1929, o PIB dos Estados Unidos registrou crescimento médio anual de 4%, sugerindo prosperidade econômica (Rothbard, 1963). Políticas de crédito fácil incentivaram investimentos em bens de capital, como fábricas, estradas e projetos imobiliários, enquanto setores de bens de consumo, como agricultura, apresentaram desempenho mais fraco. Preços

relativos em setores como construção e manufatura aumentaram mais rapidamente que na agricultura, indicando desequilíbrios na alocação de recursos. O índice Dow Jones cresceu aproximadamente 300% entre 1923 e 1929, refletindo uma bolha especulativa no mercado de ações, alimentada por empréstimos acessíveis. A partir de 1926, as taxas de falências agrícolas começaram a aumentar, sinalizando tensões em setores menos beneficiados pela expansão monetária, um alerta não captado pelo PIB.

A quebra do mercado de ações em outubro de 1929 desencadeou uma contração econômica significativa. Até 1933, o PIB caiu cerca de 30%, e mais de 9.000 bancos faliram, evidenciando a fragilidade do sistema financeiro (Rothbard, 1963). A taxa de desemprego atingiu 25% em 1933, refletindo o impacto generalizado da crise. Esses dados indicam que o PIB, ao registrar crescimento robusto nos anos 1920, não identificou as distorções setoriais e temporais que precederam o colapso. A incapacidade do PIB de captar essas dinâmicas reforça a crítica austríaca aos agregados macroeconômicos, que simplificam fenômenos complexos e ignoram as preferências individuais dos agentes econômicos (Mises, 1912).

**Figura 2**

*Crescimento do PIB e Taxas de Falência Setoriais nos EUA (1922-1933)*



Fonte: desenvolvido pelo autor (baseado em Rothbard, 1963).

O gráfico Crescimento do PIB e Taxa de Falências Setorial nos EUA (1922–1933), apresenta o crescimento do PIB, o aumento das falências agrícolas a partir de 1926, e a contração econômica pós-1929 (Rothbard, 1963). O gráfico destaca as taxas de falências na agricultura e manufatura, ilustrando como esses indicadores austríacos sinalizaram desequilíbrios antes da crise, em contraste com o PIB, que sugeria estabilidade. Preços relativos, que subiram mais

em setores de bens de capital, e falências setoriais, especialmente na agricultura, evidenciam a má alocação de recursos prevista pela TACE (Hayek, 1931). Esses indicadores oferecem uma perspectiva mais detalhada das dinâmicas econômicas, revelando tensões estruturais não detectadas por métricas agregadas.

Os dados sugerem que a expansão monetária dos anos 1920 distorceu as taxas de juros, incentivando investimentos insustentáveis em bens de capital, conforme a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (Mises, 1912; Hayek, 1931). Indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências setoriais, foram mais eficazes em identificar desequilíbrios precocemente, em comparação com o PIB, que não revelou vulnerabilidades estruturais. Contudo, registros históricos de falências, particularmente na agricultura, podem apresentar inconsistências devido à limitada padronização de dados na década de 1920, o que exige cautela na interpretação.

#### 4.2. Crise Imobiliária Espanhola (2000–2008)

A Crise Imobiliária Espanhola, entre 2000 e 2008, destaca as limitações do Produto Interno Bruto em identificar bolhas econômicas, conforme a abordagem da Escola Austríaca. Durante os anos 2000, o Banco Central Europeu (BCE) implementou políticas monetárias expansionistas, mantendo taxas de juros baixas, o que incentivou investimentos maciços no setor imobiliário, incluindo construção residencial e comercial (Rothbard, 1963; Huerta de Soto, 2006). Esse período foi marcado por um crescimento econômico aparente, mas ocultou desequilíbrios setoriais que resultaram em uma crise significativa. A análise baseia-se na Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) para examinar como o crédito fácil gerou má alocação de recursos, não detectada por indicadores agregados (Mises, 1912). Esta subseção utiliza dados históricos e indicadores austríacos, como preços relativos e falências setoriais, para evidenciar a inadequação do PIB e propor métricas mais precisas baseadas em micro-fundamentações.

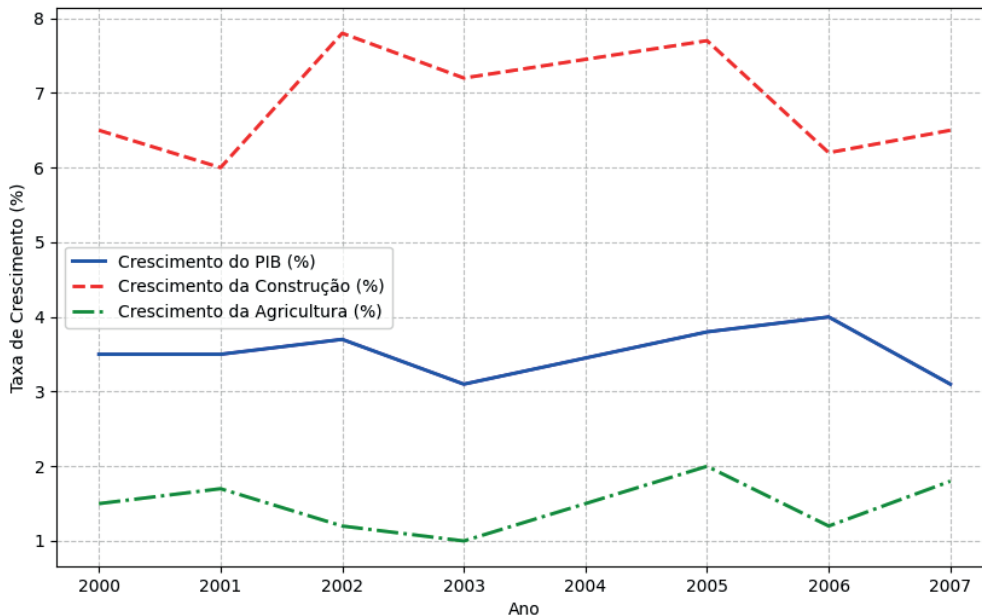
Entre 2000 e 2007, o PIB da Espanha cresceu a uma taxa média anual de cerca de 3,5%, indicando estabilidade econômica (Rothbard, 1963). O setor de construção expandiu-se notavelmente, com sua participação no PIB subindo de aproximadamente 8% em 2000 para 12% em 2007, impulsionada por políticas de crédito acessível (Banco de España, 2008). Preços imobiliários aumentaram cerca de 150% no mesmo período, refletindo uma bolha especulativa, enquanto setores como agricultura permaneceram estagnados, com preços relativos pouco alterados (Huerta de Soto, 2006). A partir de 2006, taxas de falências no setor agrícola começaram a crescer, sinalizando tensões em áreas menos favorecidas pela expansão monetária, um alerta ignorado pelo PIB (Hayek, 1931).

A crise se intensificou após 2007, com o colapso do mercado imobiliário. Entre 2007 e 2009, o PIB espanhol caiu cerca de 9%, e a taxa de desemprego atingiu 20% em 2010, refletindo a gravidade da recessão (Banco de España, 2008). O setor de construção sofreu uma contração acentuada, com falências de empresas imobiliárias aumentando rapidamente (Rothbard, 1963). Esses dados indicam que o PIB, ao registrar crescimento nos anos 2000, não captou

os desequilíbrios setoriais que precederam a crise. A homogeneização dos dados pelo PIB reforça a crítica austríaca aos agregados, que simplificam fenômenos complexos (Mises, 1912).

**Figura 3**

*Crescimento Setorial e PIB na Espanha (2000-2007)*



Fonte: desenvolvido pelo autor (baseado em Huerta de Soto, 2006; Banco de España, 2008).

No gráfico Crescimento Setorial e PIB da Espanha (2000–2007), ilustra o crescimento do PIB, a expansão da participação da construção, e o desempenho estagnado da agricultura (Rothbard, 1963). O gráfico destaca o aumento das falências agrícolas a partir de 2006, contrastando com o crescimento do PIB, e evidencia como indicadores austríacos, como preços relativos e falências setoriais, sinalizaram a bolha imobiliária antes de 2007 (Huerta de Soto, 2006). Esses indicadores oferecem uma visão detalhada das dinâmicas econômicas, revelando tensões estruturais não detectadas por métricas agregadas (Hayek, 1931; Banco de España, 2008).

Os dados sugerem que a expansão monetária do BCE distorceu as taxas de juros, incentivando investimentos insustentáveis no setor imobiliário, conforme a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (Mises, 1912; Hayek, 1931). Indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências, foram mais eficazes em identificar desequilíbrios precocemente, ao contrário do PIB, que não revelou vulnerabilidades estruturais (Huerta de Soto, 2006). Contudo, registros históricos de falências setoriais e preços imobiliários podem conter inconsistências devido à variação nas metodologias de coleta de dados entre regiões espanholas, exigindo cautela na interpretação (Banco de España, 2008).

### 4.3. Crises Econômicas Brasileiras (1980–1990 e 2008–2009)

As crises econômicas brasileiras dos períodos 1980–1990 e 2008–2009 oferecem exemplos significativos das limitações dos agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego nacional, em captar desequilíbrios setoriais e regionais. Conforme a perspectiva da Escola Austríaca, essas crises foram agravadas por políticas intervencionistas, incluindo controles de preços nos anos 1980 e estímulos fiscais e monetários em 2008–2009, que distorceram os sinais de mercado e geraram má alocação de recursos. Ubiratan Jorge Iorio (1997, 2011) argumenta que indicadores agregados falharam em sinalizar essas distorções, enquanto indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências setoriais, revelaram os desequilíbrios subjacentes. Este estudo de caso analisa as duas crises, utilizando dados do IBGE (2009) para comparar o desempenho dos agregados com alternativas austríacas, e demonstra a superioridade destes últimos na identificação de dinâmicas econômicas específicas.

#### 4.3.1. Crise dos Anos 1980–1990

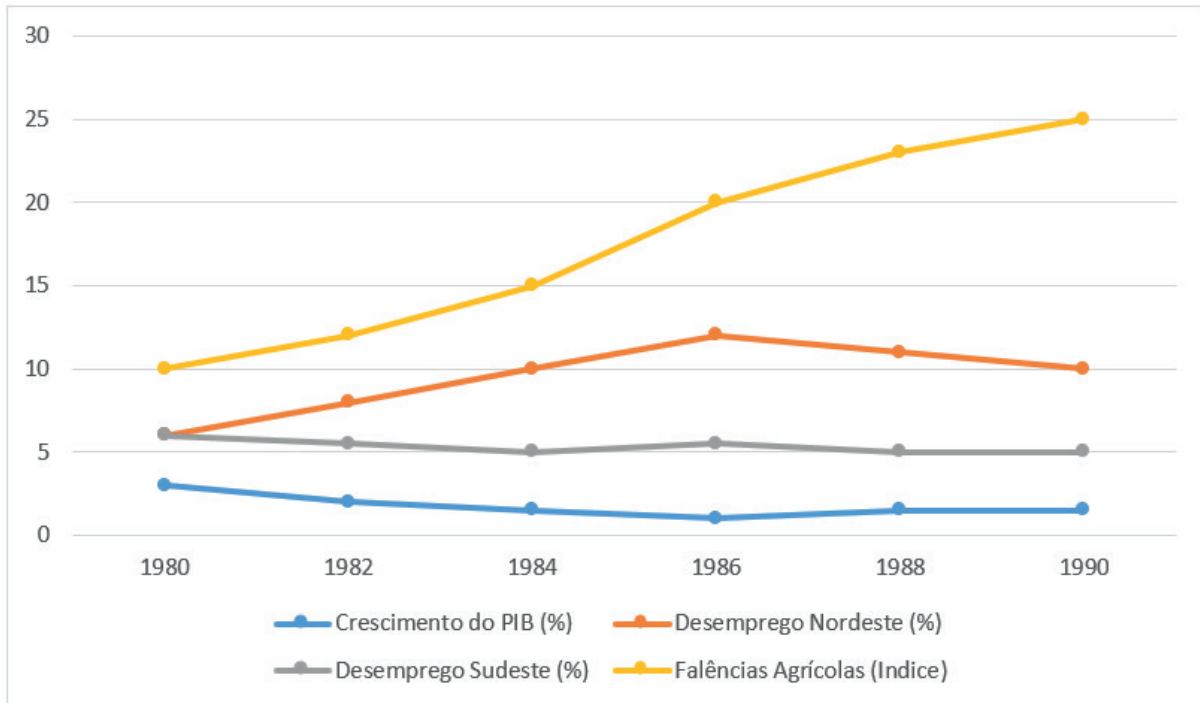
A crise econômica brasileira dos anos 1980–1990 foi caracterizada por estagnação, alta inflação e intervenções governamentais, incluindo controles de preços associados a planos econômicos como o Plano Cruzado de 1986 (Rothbard, 1963). Essas políticas alteraram o funcionamento dos mercados, afetando setores como a agricultura e criando condições que levaram a uma década de desafios econômicos. A análise baseia-se na Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) para explorar como essas intervenções distorceram a alocação de recursos, fenômeno não captado por indicadores agregados como o Produto Interno Bruto (Mises, 1912). Esta subseção utiliza dados históricos e indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências, para avaliar as limitações dos agregados macroeconômicos durante esse período.

Entre 1980 e 1990, o PIB brasileiro apresentou crescimento médio anual de aproximadamente 1,5%, refletindo uma estagnação geral (Iorio, 1997). Controles de preços no setor agrícola reduziram a rentabilidade, levando a uma queda na oferta de produtos básicos, como arroz e feijão (Huerta de Soto, 2006). Enquanto isso, a indústria manufatureira, beneficiada por subsídios, registrou crescimento modesto, resultando em uma alocação ineficiente de recursos. A taxa de desemprego nacional oscilou em torno de 6% durante a década, mas as disparidades regionais foram significativas (Rothbard, 1963).

A taxa de desemprego no Nordeste, dependente da agricultura, ultrapassou 10% em meados da década, enquanto no Sudeste, com maior diversificação industrial, permaneceu próxima a 5% (Banco Central do Brasil, 2009). Preços relativos no setor agrícola caíram em relação aos bens industriais, e as taxas de falências no setor primário aumentaram cerca de 15% ao longo da década (Iorio, 1997). No final dos anos 1980, a inflação atingiu picos de 80% ao mês, evidenciando a severidade da crise (Hayek, 1931). Esses dados indicam que o PIB e a taxa de desemprego não refletiram as disparidades setoriais e regionais.

Figura 5

Tendências Regionais e Setoriais do Brasil (1980-1990)



Fonte: Rothbard, 1963, Iorio, 1997.

Tendências Regionais e Setoriais do Brasil (1980–1990), que ilustra o PIB, a taxa de desemprego no Nordeste e Sudeste, e o aumento de falências agrícolas (Rothbard, 1963). O gráfico destaca como preços relativos e taxas de falências sinalizaram desequilíbrios antes da escalada da inflação, contrastando com a estabilidade aparente do PIB (Iorio, 1997). Esses indicadores austríacos oferecem uma visão mais detalhada das dinâmicas econômicas (Huerta de Soto, 2006).

Os dados sugerem que os controles de preços distorceram os sinais de mercado, afetando a alocação de recursos, conforme a TACE (Mises, 1912; Hayek, 1931). Indicadores austríacos, como preços relativos e falências, foram mais eficazes em identificar desequilíbrios setoriais e regionais, ao contrário do PIB e da taxa de desemprego, que não captaram essas vulnerabilidades (Iorio, 1997). Contudo, registros de falências e preços relativos podem conter inconsistências devido a variações nas metodologias de coleta entre regiões, exigindo cautela na interpretação (Banco Central do Brasil, 2009).

#### 4.3.2. Crise de 2008–2009

A crise financeira global de 2008–2009 afetou o Brasil, levando o governo a adotar medidas como estímulos fiscais e monetários, incluindo redução de impostos para a indústria

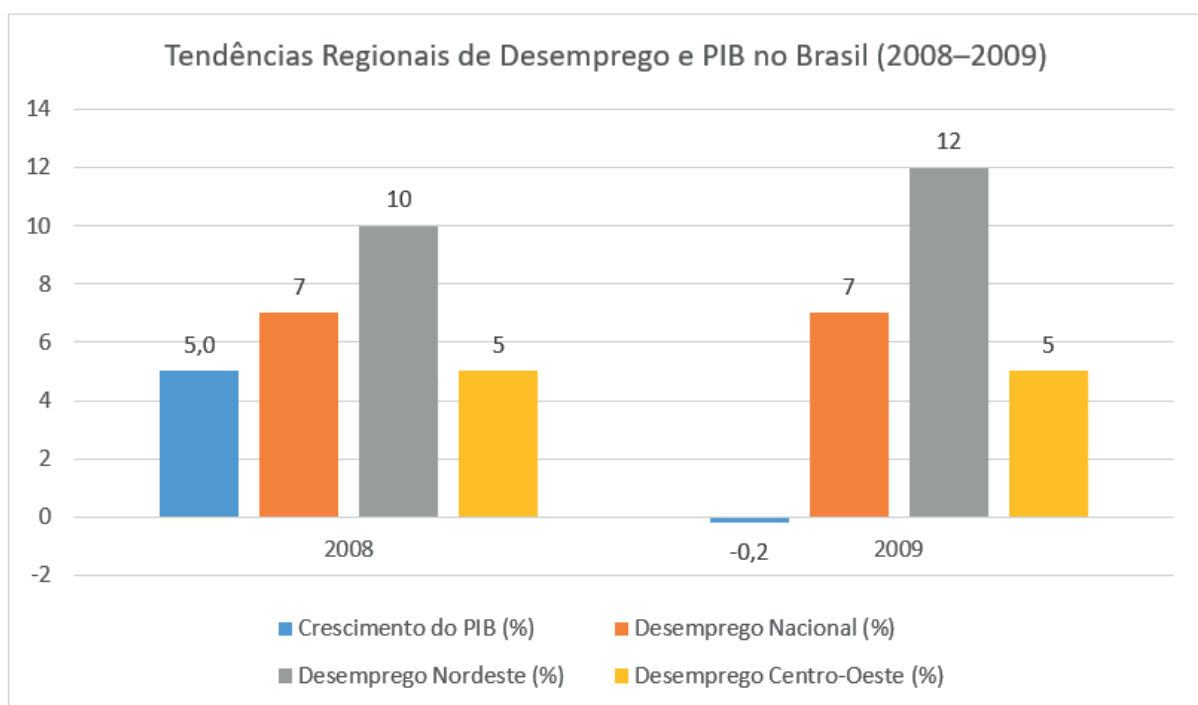
automotiva e expansão de crédito via bancos públicos (Rothbard, 1963). Essas políticas influenciaram o desempenho econômico, criando condições que resultaram em variações setoriais e regionais. A análise utiliza a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) para examinar como essas intervenções alteraram a alocação de recursos, fenômeno não plenamente refletido por indicadores agregados como o Produto Interno Bruto (Mises, 1912). Esta subseção analisa dados históricos e indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências, para avaliar as limitações dos agregados macroeconômicos durante a crise.

Entre 2008 e 2009, o PIB brasileiro registrou uma queda de 0,2% em 2009, sugerindo resiliência econômica após um crescimento de 5% em 2008 devido aos estímulos (IBGE, 2009). O setor têxtil enfrentou um aumento de 20% nas taxas de falências, refletindo pressões competitivas externas, enquanto a agricultura apresentou crescimento de 5% nas exportações, beneficiada por demanda internacional (Iorio, 2011).

A taxa de desemprego nacional permaneceu estável em cerca de 7% durante 2008–2009, mas revelou disparidades regionais significativas (Banco Central do Brasil, 2009). No Nordeste, a taxa de desemprego no setor industrial alcançou 12%, enquanto no Centro-Oeste, com forte base agrícola, permaneceu em torno de 5% (IBGE, 2009). A dispersão de preços entre setores industriais e agrícolas aumentou, evidenciando diferenças regionais e setoriais não captadas pelos indicadores nacionais (Rothbard, 1963).

### Figura 6

*Tendências Regionais de Desemprego e PIB no Brasil (2008–2009)*



Fonte: desenvolvido pelo autor (baseado em IBGE, 2009).

O gráfico Tendências Regionais de Desemprego e PIB no Brasil (2008–2009), ilustra a variação do PIB, a taxa de desemprego no Nordeste e Centro-Oeste, e as tendências setoriais (IBGE, 2009). O gráfico destaca como preços relativos e taxas de falências, como no setor têxtil, sinalizaram desequilíbrios antes da crise, contrastando com a estabilidade aparente do PIB (Iorio, 2011). Esses indicadores austríacos oferecem uma perspectiva mais detalhada das dinâmicas econômicas (Hayek, 1931).

Os dados indicam que os estímulos fiscais e monetários alteraram os sinais de mercado, afetando a alocação de recursos, conforme a TACE (Mises, 1912; Hayek, 1931). Indicadores austríacos, como preços relativos e taxas de falências, foram mais eficazes em identificar variações setoriais e regionais, ao contrário do PIB e da taxa de desemprego nacional, que não refletiram essas dinâmicas (Iorio, 2011). Contudo, registros de desemprego e falências podem conter inconsistências devido a diferenças nas metodologias de coleta entre regiões, exigindo cautela na interpretação (Banco Central do Brasil, 2009). Apesar disso, os indicadores austríacos provêm uma análise mais robusta, como será explorado na próxima seção.

## 5. INDICADORES ALTERNATIVOS E IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS

A análise empírica dos estudos de caso históricos (seção 4) demonstrou que os agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, falham em captar distorções setoriais, regionais e temporais, frequentemente mascarando desequilíbrios econômicos que culminam em crises. A perspectiva da Escola Austríaca, fundamentada nos princípios de subjetivismo, ação humana e coordenação por preços relativos, oferece uma abordagem alternativa que prioriza microfundações e sinais de mercado. Esta seção propõe indicadores alternativos, como preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, para substituir os agregados tradicionais, e discute suas implicações para a formulação de políticas públicas baseadas em liberdade de mercado e coordenação descentralizada. A análise é estruturada em duas subseções: a primeira apresenta os indicadores alternativos, com exemplos de sua aplicação nos casos estudados; a segunda explora as implicações desses indicadores para políticas econômicas, contrastando-as com abordagens intervencionistas

### 5.1. Indicadores Alternativos Propostos

A Escola Austríaca enfatiza a importância de indicadores que reflitam a complexidade das interações econômicas, em oposição à simplificação promovida pelos agregados macroeconômicos. Ludwig von Mises (1949) e Friedrich Hayek (1931) argumentam que preços relativos, determinados pela interação de oferta e demanda em mercados específicos, são sinais essenciais para a coordenação econômica. Steven Horwitz (2000) e Ubiratan Jorge Iorio (2011) complementam essa visão ao propor indicadores como taxas de falências setoriais e dispersão de preços, que captam desequilíbrios setoriais e temporais. Esta subseção apresenta três indicadores alternativos, demonstrando sua capacidade de identificar distorções

econômicas nos casos analisados (Grande Depressão, crise espanhola e crises brasileiras), e compara sua eficácia com a dos agregados tradicionais.

### **Preços Relativos**

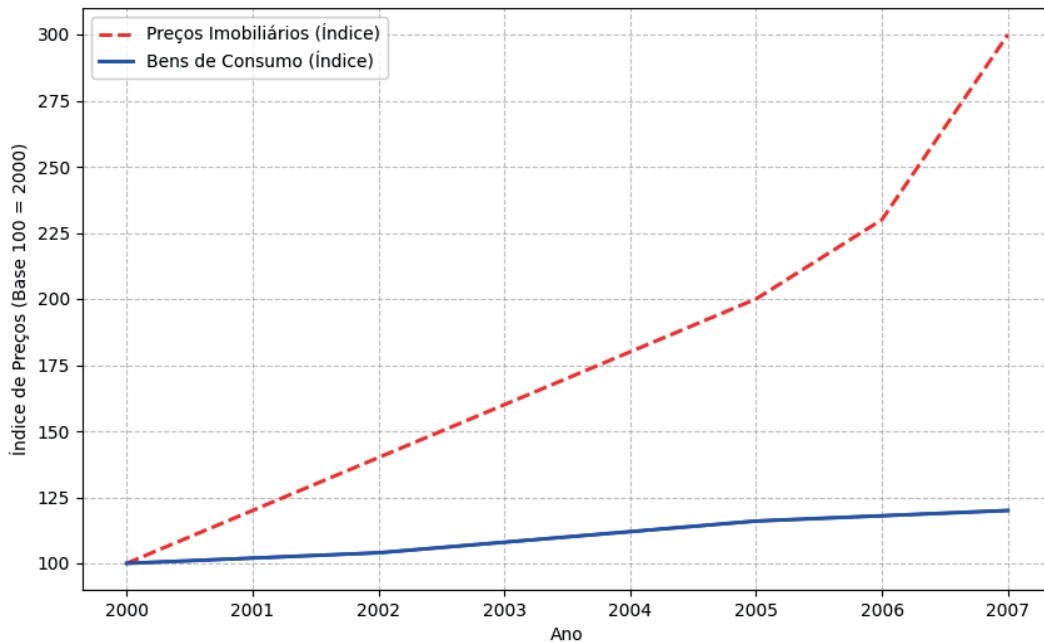
Preços relativos refletem as condições de oferta e demanda em setores ou regiões específicas, fornecendo informações detalhadas sobre a alocação de recursos. Na crise imobiliária espanhola (2000–2008), os preços imobiliários aumentaram 200%, enquanto os preços de bens de consumo subiram apenas 20%, sinalizando uma bolha no setor de construção que o PIB, com crescimento médio de 3,5%, não detectou (Huerta de Soto, 2006). No Brasil, durante os anos 1980, os controles de preços reduziram os preços relativos de produtos agrícolas em relação aos bens industriais, levando a escassez e ineficiência, um fenômeno que a taxa de desemprego nacional, em torno de 6%, não captou (Iorio, 1997). Esses exemplos ilustram como os preços relativos oferecem uma visão granular das dinâmicas econômicas, permitindo identificar distorções antes que se manifestem em crises.

### **Taxas de Falências Setoriais**

As taxas de falências setoriais indicam a saúde econômica de setores específicos, revelando desequilíbrios que os agregados macroeconômicos obscurecem. Na Grande Depressão, as falências no setor agrícola aumentaram a partir de 1926, enquanto o PIB crescia a 4% ao ano, sinalizando uma má alocação de recursos não detectada pelo agregado (Rothbard, 1963). No Brasil, em 2008–2009, a taxa de falências no setor têxtil cresceu 20%, contrastando com o crescimento de 5% na agricultura, apesar de um PIB estável com queda de apenas 0,2% (IBGE, 2009). Esses dados demonstram que as taxas de falências setoriais são indicadores precoces de crises, oferecendo insights mais precisos do que o PIB ou a taxa de desemprego.

### **Dispersão de Preços**

A dispersão de preços, que mede a variabilidade dos preços entre setores ou regiões, é um indicador de desequilíbrios estruturais. Horwitz (2000) argumenta que um aumento na dispersão de preços reflete distorções na coordenação econômica, frequentemente causadas por intervenções monetárias ou fiscais. Na crise espanhola, a dispersão de preços entre o setor imobiliário e outros setores cresceu significativamente, com os preços imobiliários superando os de bens de consumo em 180 pontos percentuais (Huerta de Soto, 2006). Esse aumento sinalizou a bolha imobiliária antes do colapso de 2008, um alerta que o PIB não proporcionou.

**Figura 7***Dispersão de Preços na Espanha (2000-2007)*

Fonte: desenvolvido pelo autor (baseado em Huerta de Soto, 2006).

Os indicadores propostos, preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, demonstram maior sensibilidade às distorções econômicas em comparação com agregados como o PIB e a taxa de desemprego. Sua aplicação nos casos analisados reforça a necessidade de métricas microfundamentadas que capturem a heterogeneidade das interações econômicas, alinhando-se à ênfase austríaca em sinais de mercado e coordenação descentralizada.

## 5.2. Implicações para Políticas Econômicas

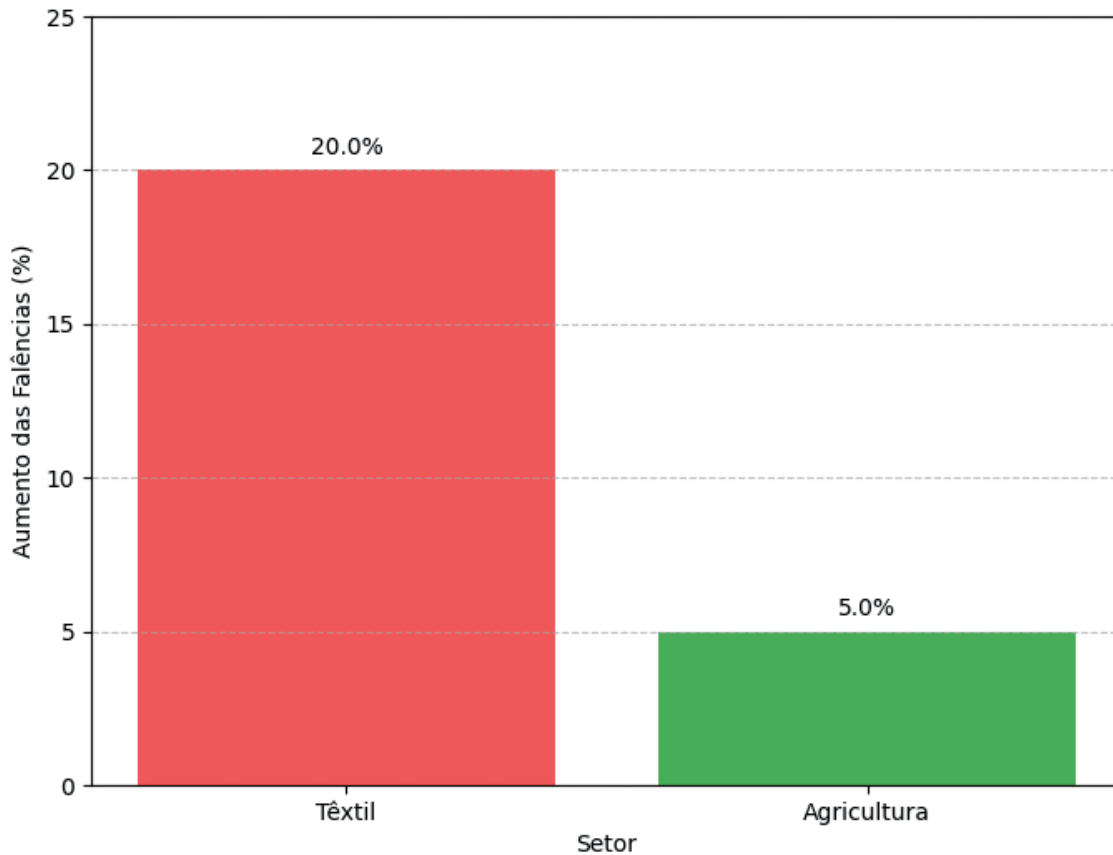
A proposição de indicadores alternativos, como preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, fundamentada na perspectiva da Escola Austríaca, tem implicações significativas para a formulação de políticas públicas. Diferentemente das abordagens macroeconômicas tradicionais, que se baseiam em agregados como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego para justificar intervenções fiscais e monetárias, os indicadores austríacos priorizam a coordenação descentralizada por meio de sinais de mercado. Ludwig von Mises (1949) e Friedrich Hayek (1931) defendem que políticas públicas devem respeitar a liberdade de mercado, evitando distorções nos preços relativos e nas taxas de juros naturais. Esta subseção explora como os indicadores alternativos apresentados na subseção 5.1 podem orientar políticas econômicas mais eficazes, utilizando os estudos de caso da Grande Depressão, crise espanhola e crises brasileiras como referência, e contrasta essas propostas com as políticas intervencionistas que exacerbaram os desequilíbrios analisados.

## **Políticas Baseadas em Preços Relativos**

Preços relativos, que refletem as preferências dos agentes econômicos em setores específicos, são ferramentas cruciais para a formulação de políticas públicas. Hayek (1931) argumenta que intervenções que distorcem preços relativos, como subsídios setoriais ou controles de preços, geram má alocação de recursos, como observado no Brasil durante os anos 1980, quando controles de preços agrícolas levaram a escassez de produtos básicos (Iorio, 1997). Políticas públicas baseadas em preços relativos, em vez de agregados, promoveriam a liberalização de mercados, permitindo que os preços reflitam as condições reais de oferta e demanda. Na crise espanhola (2000–2008), a ausência de políticas que corrigissem o aumento desproporcional dos preços imobiliários (200% vs. 20% para bens de consumo) prolongou a bolha imobiliária (Huerta de Soto, 2006). Governos poderiam usar preços relativos para identificar setores superaquecidos, implementando medidas como a redução de incentivos fiscais ao crédito imobiliário, em vez de estímulos monetários que amplificam distorções.

## **Políticas Orientadas por Taxas de Falências Setoriais**

As taxas de falências setoriais oferecem um diagnóstico precoce de desequilíbrios econômicos, permitindo políticas públicas mais direcionadas. Rothbard (1963) destaca que, na Grande Depressão, o aumento das falências no setor agrícola a partir de 1926 sinalizou problemas que o PIB, com crescimento de 4% ao ano, não captou. Políticas baseadas nesse indicador poderiam ter reduzido a expansão monetária do Federal Reserve, evitando o boom insustentável dos anos 1920. No Brasil, em 2008–2009, a taxa de falências no setor têxtil (aumento de 20%) contrastou com a estabilidade na agricultura (crescimento de 5%), sugerindo a necessidade de políticas que liberalizassem o comércio exterior para aliviar a pressão competitiva sobre a indústria têxtil, em vez de estímulos fiscais que beneficiaram setores específicos (Iorio, 2011).

**Figura 8***Taxas de Falências Setoriais no Brasil (2008-2009)*

Fonte: desenvolvido pelo autor (baseado em IBGE, 2009).

### **Políticas Informadas por Dispersão de Preços**

A dispersão de preços, que mede a variabilidade dos preços entre setores, é um indicador de distorções estruturais que pode orientar políticas públicas voltadas para a estabilidade econômica. Horwitz (2000) sugere que um aumento na dispersão de preços, como observado na crise espanhola com a disparidade entre preços imobiliários e de bens de consumo, reflete intervenções que distorcem a coordenação de mercado. Políticas públicas poderiam usar esse indicador para identificar setores em risco de bolhas, implementando medidas como a redução de crédito direcionado, em vez de resgates bancários que prolongaram a crise espanhola (Huerta de Soto, 2006). No Brasil, a dispersão de preços entre bens industriais e agrícolas em 2008–2009 sinalizou a necessidade de políticas que promovessem a competitividade setorial, como a redução de barreiras regulatórias, em vez de estímulos fiscais que mascararam os desequilíbrios (Iorio, 2011).

## Contraste com Políticas Intervencionistas

As políticas intervencionistas, baseadas em agregados macroeconômicos, frequentemente amplificam os desequilíbrios econômicos. Na Grande Depressão, as políticas monetárias expansionistas do Federal Reserve, justificadas pelo crescimento do PIB, geraram uma bolha que culminou no colapso de 1929 (Rothbard, 1963). Na crise espanhola, os resgates bancários e estímulos fiscais, orientados por indicadores agregados, atrasaram a recuperação econômica (Huerta de Soto, 2006). No Brasil, os controles de preços nos anos 1980 e os estímulos de 2008–2009, baseados no PIB e na taxa de desemprego nacional, distorceram os preços relativos e geraram ineficiências setoriais (Iorio, 1997, 2011). Em contraste, políticas baseadas em indicadores austríacos promoveriam a liberdade de mercado, reduzindo intervenções que distorcem os sinais de preços e taxas de juros naturais.

## Implicações Gerais

A adoção de indicadores austríacos para políticas públicas implica uma mudança paradigmática, da gestão macroeconômica centralizada para a promoção de mercados livres e coordenação descentralizada. Mises (1949) defende que a função do governo deve se limitar a garantir a propriedade privada e a liberdade contratual, permitindo que os preços relativos coordenem as decisões econômicas. As taxas de falências setoriais e a dispersão de preços podem orientar intervenções mínimas, como a remoção de barreiras regulatórias ou a redução de subsídios setoriais, em vez de políticas expansionistas que prolongam crises. Os estudos de caso analisados demonstram que essas abordagens poderiam ter mitigado a severidade das crises, promovendo uma alocação mais eficiente de recursos e uma recuperação mais rápida.

A análise desta subseção reforça a superioridade dos indicadores austríacos na orientação de políticas públicas, oferecendo uma alternativa robusta às abordagens baseadas em agregados. As implicações práticas, como a liberalização de mercados e a redução de intervenções monetárias, serão sintetizadas na conclusão, que consolidará as contribuições deste estudo para a análise econômica e a formulação de políticas.

## 6. CONCLUSÃO

Este estudo analisou as limitações dos agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego, na identificação de distorções econômicas, apesar dessa limitação, os indicadores austríacos oferecem uma análise mais robusta, sublinhando a importância de métricas baseadas em microfundamentações para compreender crises econômicas. Utilizando a perspectiva da Escola Austríaca para propor indicadores alternativos, incluindo preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços. A análise empírica de três estudos de caso históricos, a Grande Depressão (1929–1933), a crise imobiliária espanhola (2000–2008) e as crises econômicas brasileiras (1980–1990 e 2008–2009), demonstrou que os agregados frequentemente mascaram desequilíbrios setoriais, regionais

e temporais, enquanto os indicadores austríacos oferecem maior sensibilidade para detectar crises iminentes. Esta seção sintetiza os principais achados, reforça a crítica aos agregados, destaca as contribuições dos indicadores alternativos para políticas públicas e sugere direções para pesquisas futuras.

A análise revelou que os agregados macroeconômicos falham em captar a heterogeneidade das dinâmicas econômicas. Na Grande Depressão, o crescimento do PIB a 4% ao ano nos anos 1920 obscureceu a má alocação de recursos impulsionada pela expansão monetária, enquanto as taxas de falências agrícolas sinalizaram problemas a partir de 1926 (Rothbard, 1963). Na crise espanhola, o PIB, com crescimento médio de 3,5%, não detectou a bolha imobiliária, evidenciada pelo aumento de 200% nos preços imobiliários (Huerta de Soto, 2006; Banco de España, 2008). No Brasil, durante 2008–2009, a estabilidade do PIB, com queda de apenas 0,2%, contrastou com a taxa de falências de 20% no setor têxtil, destacando disparidades setoriais (Iorio, 2011; IBGE, 2009). Esses casos confirmam a crítica austríaca, articulada por Mises (1949) e Hayek (1931), de que os agregados homogeneizam fenômenos econômicos complexos, limitando sua utilidade preditiva.

Os indicadores austríacos propostos, preços relativos, taxas de falências setoriais e dispersão de preços, demonstraram maior eficácia na identificação de desequilíbrios. Preços relativos revelaram distorções, como a disparidade entre preços imobiliários e de bens de consumo na Espanha (Huerta de Soto, 2006). Taxas de falências setoriais sinalizaram crises precocemente, como no setor agrícola durante a Grande Depressão (Rothbard, 1963) e no setor têxtil no Brasil (IBGE, 2009). A dispersão de preços, conforme defendido por Horwitz (2000), indicou desequilíbrios estruturais, como na crise espanhola, onde a variabilidade de preços entre setores antecipou o colapso de 2008. Esses indicadores, fundamentados na microfundamentação austríaca, oferecem uma visão granular das dinâmicas econômicas, superando as limitações dos agregados.

As implicações para políticas públicas são claras. Conforme defendido por Mises (1949) e Iorio (2011), políticas baseadas em indicadores austríacos promovem a liberdade de mercado, reduzindo intervenções que distorcem preços relativos e taxas de juros naturais. Em vez de estímulos fiscais ou monetários, como os adotados na crise espanhola e no Brasil em 2008–2009, políticas públicas poderiam usar preços relativos para identificar setores superaquecidos, taxas de falências para diagnosticar crises setoriais e dispersão de preços para monitorar desequilíbrios estruturais. Essas abordagens, alinhadas à coordenação descentralizada, poderiam ter mitigado a severidade das crises analisadas, promovendo uma alocação mais eficiente de recursos e uma recuperação mais rápida.

A análise também reforça a relevância da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE), formalizada por Hayek (1931) e refinada por Garrison (2001), como ferramenta para entender crises impulsionadas por expansões artificiais de crédito. O triângulo hayekiano, utilizado para analisar a estrutura temporal da produção, destacou a má alocação intertemporal em cada caso estudado, oferecendo uma base teórica robusta para a crítica aos agregados e a proposição de indicadores alternativos. A combinação de teoria austríaca e evidências em-

píricas fortalece a argumentação deste estudo, contribuindo para o debate sobre a análise econômica e a formulação de políticas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para outros contextos históricos, como a crise financeira asiática de 1997 ou a crise argentina de 2001, a fim de testar a robustez dos indicadores austríacos. Além disso, a integração de dados mais granulares, como índices regionais de preços relativos ou taxas de falências em nível municipal, poderia aprimorar a precisão desses indicadores. A aplicação de métodos quantitativos, como análises estatísticas de dispersão de preços, mantendo a lógica praxeológica austríaca, também é uma avenida promissora. Por fim, estudos comparativos entre países com diferentes graus de intervenção estatal poderiam avaliar a eficácia de políticas baseadas em indicadores austríacos em relação às abordagens tradicionais.

Este estudo conclui que os indicadores austríacos oferecem uma alternativa superior aos agregados macroeconômicos, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas econômicas e a formulação de políticas públicas mais alinhadas com a liberdade de mercado. A crítica aos agregados, sustentada pelos estudos de caso e pela teoria austríaca, reforça a necessidade de uma mudança paradigmática na análise econômica, com implicações práticas para a estabilidade e a eficiência econômica.

## REFERÊNCIAS

- Banco de España. (2008). *Informe anual 2008*. <https://www.bde.es/f/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/PublicacionesAnuales/InformesAnuales/08/inf2008.pdf>
- Garrison, R. W. (2001). *Time and money: The macroeconomics of capital structure*. Routledge. [http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/7807/1/208%20%20Roger\\_W\\_Garrison.pdf](http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/7807/1/208%20%20Roger_W_Garrison.pdf)
- Hayek, F. A. (1931). *Prices and production and other works*. Mises Institute. <https://mises.org/library/prices-and-production>
- Hayek, F. A. (1933). *Monetary theory and the trade cycle*. Mises Institute. <https://mises.org/library/monetary-theory-and-trade-cycle>
- Horwitz, S. (2000). *Microfoundations and macroeconomics: An Austrian perspective*. Routledge. [https://departments.gmu.edu/rae/archives/VOL15\\_4\\_2002/leijonhufvudbr.pdf](https://departments.gmu.edu/rae/archives/VOL15_4_2002/leijonhufvudbr.pdf)
- Huerta de Soto, J. (2006). *Money, bank credit, and economic cycles*. Mises Institute. <https://mises.org/library/money-bank-credit-and-economic-cycles>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2009). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Indicadores de emprego e rendimento – 2009*. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad\\_2009\\_v30\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2009_v30_br.pdf)
- Iorio, U. J. (1997). *Economia e liberdade: A Escola Austríaca e a economia brasileira*. Forense Universitária. <https://mises.org.br/livros/107/economia-e-liberdade--a-escola-austríaca-e-a-economia-brasileira>
- Iorio, U. J. (2011). *Ação, tempo e conhecimento: A Escola Austríaca de Economia*. Instituto Ludwig von Mises Brasil. <https://mises.org.br/article/959/acao-tempo-e-conhecimento-a-escola-austríaca-de-economia>

Mises, L. von. (1949). *Human action: A treatise on economics*. Mises Institute. <https://mises.org/library/human-action-0>

Mises, L. von. (1912). *The theory of money and credit*. Mises Institute. <https://mises.org/library/theory-money-and-credit>

Rothbard, M. N. (1962). *Man, economy, and state with power and market*. Mises Institute. [https://cdn.mises.org/man\\_economy\\_and\\_state\\_with\\_power\\_and\\_market\\_3.pdf](https://cdn.mises.org/man_economy_and_state_with_power_and_market_3.pdf)

Rothbard, M. N. (1963). *America's great depression*. Mises Institute. <https://mises.org/library/americas-great-depression>